



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Departamento de Administração

SÁVIO TÚLIO DE QUEIROZ OLIVEIRA

**ECONOMIA SUBMERSA: estudo dos fatores determinantes
a informalidade empresarial do Distrito Federal**

Brasília – DF

2011

SÁVIO TÚLIO DE QUEIROZ OLIVEIRA

**ECONOMIA SUBMERSA: estudo dos fatores determinantes
a informalidade empresarial do Distrito Federal**

Monografia apresentada ao
Departamento de Administração como
requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Administração.

Professor Orientador: Doutor, José
Carneiro da Cunha Oliveira Neto

Brasília – DF

2011

Oliveira, Sávio Túlio de Queiroz.

Economia Submersa: estudo dos fatores determinantes a informalidade empresarial do Distrito Federal / Sávio Túlio de Queiroz Oliveira. – Brasília, 2011.

50 f.: il.

Monografia (bacharelado) – Universidade de Brasília, Departamento de Administração, 2011.

Orientador: Prof. Dr. José Carneiro da Cunha Oliveira Neto, Departamento de Administração.

1. Informalidade empresarial. 2. Fatores determinantes a submersão econômica. 3. Modelo Logit. I. Título.

SÁVIO TÚLIO DE QUEIROZ OLIVEIRA

**ECONOMIA SUBMERSA: estudo dos fatores determinantes
a informalidade empresarial no Distrito Federal**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Administração da Universidade de Brasília do aluno

Sávio Túlio de Queiroz Oliveira

Doutor, José Carneiro da Cunha Oliveira Neto
Professor-Orientador

Doutor, Carlos Rosano Peña,
Professor-Examinador

Mestre, Pedro Henrique Melo
Albuquerque
Professor-Examinador

Brasília, 02 de fevereiro de 2011

RESUMO

O presente estudo visa determinar os principais fatores que estimulam a atividade econômica informal no Distrito Federal. A metodologia adotada foi a investigação empírica no local onde ocorre o fenômeno para formação de um banco de dados e a análise desde consiste na utilização da regressão Logit a fim de se inferir quais fatores impactam sobre a decisão de atuar na informalidade e suas respectivas proporções na probabilidade de um novo negócio ser submerso. Deduz-se a partir desta pesquisa a incipiência do tema no Brasil e falta conhecimento sistematizado para a avaliação dos fatores determinantes; com a análise dos dados coletados depreende-se, dentre outros fatos, que quanto maior a escolaridade do empreendedor maior a chance dele atuar regularizado e que os empreendedores que acham que de alguma forma estão desobedecendo as leis possuem pouquíssimas chances de possuir CNPJ.

Palavras-chave: Informalidade empresarial. Fatores determinantes a submersão econômica. Modelo Logit.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras

- Figura 1 – Principais causas para o incremento das atividades informais.22
- Figura 2 – Principais fatores e suas respectivas interações.....24

Quadros

- Quadro 1 – Evasão fiscal em porcentagem do PIB..... 16
- Quadro 2 – Relação entre as economias formal e informal 18
- Quadro 3 – Tamanho e desenvolvimento da economia submersa20
- Quadro 4 – Custo de contratação por hora de trabalho no Brasil23

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Descrição da amostra.....	32
Tabela 2 – Faixa etária.....	33
Tabela 3 – Escolaridade.....	33
Tabela 4 – Horas de trabalho diárias	33
Tabela 5 – Nascidos em Brasília.....	34
Tabela 6 – Empregado.....	34
Tabela 7 – Conhece programas de auxílio.....	34
Tabela 8 – Dispõem de assistência pública	35
Tabela 9 – Empregabilidade.....	35
Tabela 10 – Dificuldade para se registrar um negócio	35
Tabela 11 – Impostos altos	36
Tabela 12 – Alta regulação do mercado de trabalho.....	36
Tabela 13 – Qualidade dos serviços públicos	36
Tabela 14 – Tax morale	37
Tabela 15 – Corrupção nos órgãos de fiscalização.....	37
Tabela 16 – Medo da fiscalização	37
Tabela 17 – Conhece as penas aplicáveis.....	38
Tabela 18 – Percepção de ilegalidade	38
Tabela 19 – Políticas governamentais relacionadas	38
Tabela 20 – Intenção do governo.....	39
Tabela 21 – Possui CNPJ	39
Tabela 22 – Resultados da Regressão	40
Tabela 23 – Antilog	41

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ES – Economia Submersa

PIB – Produto Interno Bruto

IBPQ – Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
1.1	Contextualização.....	9
1.1	Formulação do problema.....	10
1.2	Objetivo geral.....	11
1.3	Objetivos específicos.....	12
1.4	Justificativa.....	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1	Conceitos e definições.....	14
2.1.1	Economia Submersa: Atividade formal, informal e ilegal.....	14
2.2	A Relevância da Economia Submersa.....	16
2.2.1	Interação entre as Economias Formal e Informal.....	18
2.3	Evolução da Economia Submersa no Brasil.....	19
2.4	Fatores determinantes para a submersão econômica.....	21
3	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA.....	25
3.1	Tipo e descrição geral da pesquisa.....	25
3.2	Caracterização do setor ou área do objeto de estudo.....	26
3.3	População e amostra.....	26
3.4	Instrumento de pesquisa.....	27
3.5	Procedimento de análise de dados.....	28
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	32
5	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	43
	Referências.....	45
	Apêndice.....	49

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo será apresentado a pesquisa. Ela encontra se dividida em cinco partes, sendo elas: Contextualização, onde será exposto o tema e sua abordagem no cenário atual; Formulação do problema, onde será formulado o objeto da pesquisa; Objetivo geral; Objetivos específicos e Justificativa.

1.1 Contextualização

O presente estudo tem o intuito de compreender os fatores que levam os empreendedores a optarem pela informalidade empresarial, quais os motivos para a economia submersa ser tão expressiva em porcentagem sobre o Produto Interno Bruto (PIB) no Brasil e qual a percepção dos empreendedores sobre as políticas de contenção da informalidade.

Segundo Machado, Azevedo e Silva (2007) o crescimento econômico brasileiro vem sendo freado devido à baixa produtividade do cidadão brasileiro e ao alto índice de informalidade, onde a taxa de crescimento do PIB pode ser considerada insatisfatória em relação à de países emergentes. Tendo em vista essa dificuldade Machado, Azevedo e Silva (2007) ainda ressaltam que a economia informal é um assunto preocupante para o governo federal e vem sido alvo de diversas políticas públicas nos últimos anos.

Em relação às políticas governamentais, não cabe a este estudo mensurar seus impactos diretos ou indiretos na economia submersa, mas expor a percepção dos empresários em relação a tais políticas, se elas têm efeito na decisão pela informalidade empresarial.

Degen (1989) afirma que “[...] a riqueza de uma nação é medida por sua capacidade de produzir, em quantidade suficiente, os bens e serviços necessários ao bem-estar da população”, assim sendo, Machado, Azevedo e Silva (2007) reiteram a importância dos empreendedores em relação ao crescimento do País, em virtude de sua capacidade inovadora e iniciativa. Empreendedor para Dornelas

(2005) são as pessoas que transformam ideias em oportunidades, e afirma que quando há uma perfeita implementação dessas oportunidades surgem os negócios de sucesso.

Segundo a Pesquisa *Global Entrepreneurship Monitor*, GEM 2009, realizada pelo Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade (IBQP) em parceria com o SEBRAE fica evidente o gradativo crescimento do empreendedorismo por oportunidade no Brasil, aumentando de 8,5% em 2001 para 9,4% em 2009. Consta na pesquisa que o Brasil é o sexto maior empreendedor dentre os países com crescimento econômico comparáveis, com a taxa de 15,3% equivalentes a 18,8 milhões de pessoas. Essa taxa se refere à soma dos empreendimentos novos, até três anos de vida, e dos nascentes, projetos até três meses de vida, pelo total de empreendimentos. A partir da análise deste e outros dados da GEM de 2001 a 2009 conclui-se que a geração de renda e consequente elevação do PIB têm relação direta com as atividades empreendedoras.

Porém essa capacidade de crescimento empresarial, em termos quantitativos, não se reflete direta e proporcionalmente ao crescimento do PIB devido à submersão de algumas empresas.

Um dos motivos para isso pode ser depreendido de Machado, Azevedo e Silva (2007): essas pessoas de perfis empreendedores acabam sofrendo, além de impactos da concorrência, consequências devidas à alta carga tributária, custo elevado das obrigações trabalhistas e previdenciárias e a burocracia para abertura e manutenção de suas empresas. Exemplificando alguns possíveis motivos para a evasão fiscal e crescimento da economia submersa.

1.2 Formulação do problema

Olimpia e Rolim (2000) mostram que as novas formas de organização e as inovações administrativas, como a necessidade das empresas de se dinamizarem a fim de se manterem competitivas no mercado, atendendo sempre as constantes alterações nos perfis da demanda e estarem sempre bem estruturadas

tecnologicamente a fim de se obterem respostas *just in time* do sistema produtivo requerem estruturas mais flexíveis e polivalentes.

Empresários, então, encontram uma enorme dificuldade de se obter essa flexibilidade perante tantas regulamentações impostas pelo governo federal. Tanto se tratando de regulamentação no mercado de trabalho, pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), quanto pela burocracia para se abrir e manter uma empresa. Somado a isto existe a pesada carga tributária brasileira, que também pode afugentar alguns empreendedores.

Faz se então necessária a submersão econômica? Qual a percepção dos agentes quanto às vantagens da regularização? Estas são tão poucas se comparada com as obrigações que ao mensurarem o melhor para si optam pelo descumprimento das normas estatais? Entender quais fatores determinam essa fuga para a informalidade é o objeto desta pesquisa.

Para Perry et al (2007) muitos trabalhadores, empresas e famílias escolhem o seu melhor nível de envolvimento com as normas e instituições públicas, dependendo de sua avaliação dos benefícios líquidos associados à informalidade e do esforço e capacidade do Estado para fazer cumprir as leis. ou seja, “eles fazem análises implícitas do custo-benefício de ultrapassar a importante margem para a formalidade e frequentemente desejam não fazê-lo”.

1.3 Objetivo Geral

O presente estudo visa determinar os fatores que acarretam a submersão econômica no Distrito Federal, através da identificação dos principais motivos que levam os empresários da esfera de comércio varejista a optarem pela informalidade.

1.4 Objetivos Específicos

Para atingir o objetivo geral do estudo foram definidos objetivos específicos, que constituem uma ferramenta importante para o alcance do objetivo geral da pesquisa, sendo eles:

Definir economia submersa no âmbito da atual pesquisa, explicitar seu impacto na economia nacional e nas organizações;

Estipular através de pesquisa bibliográfica as possíveis causas para a submersão econômica das empresas e seus impactos na economia formal;

Determinar a probabilidade de um novo negócio ser informal em determinado comércio varejista do Distrito Federal com base nas causas levantadas bibliograficamente.

1.5 Justificativa

A informalidade é um problema que afeta a economia de vários países pelo mundo. Além de resultar em uma considerável perda de recursos federais referentes à arrecadação fiscal, ela acaba contribuindo para a formação de um contingente de subempregos, desprovidos de qualquer cobertura previdenciária.

Contudo, a pesquisa realizada pela consultoria McKinsey Consulting & Company em relação ao mercado brasileiro, relata que em alguns países o problema foi resolvido através de reformas estruturais, que tendo recebido o apoio do governo, acabaram permitindo a redução da informalidade da economia.

Segundo Olimpia e Rolim (2000) o governo necessita de um conjunto amplo e diversificado de medidas de enfrentamento e maior rapidez na elaboração destas medidas, devido à dinamicidade do setor informal.

Nesse sentido, o trabalho em questão mostra-se relevante para a compreensão dos diversos fatores que levam a submersão empresarial, dados os objetivos já citados.

Além disso, os estudos nesta área ainda são muito incipientes no Brasil. Por esse motivo, o desenvolvimento de estudos como este pode oferecer subsídios às decisões governamentais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Uma visão geral da submersão econômica brasileira será apresentada nesta seção com base nos focos: a) principais conceitos e definições discutidos na literatura; b) a relevância do estudo da economia submersa; c) a evolução da informalidade no Brasil; d) levantamento dos fatores determinantes a informalidade.

1.1 Conceitos e definições

Neste tópico delimitar-se-á os conceitos utilizados na pesquisa e os agentes envolvidos na economia.

2.1.1 Economia Submersa; Atividade informal, formal e ilegal

Consensualmente as pesquisas relacionadas à informalidade empresarial, nesta pesquisa tratada como economia submersa, deparam-se com uma dificuldade que é defini-la, segundo Olimpia e Rolim (2000) isso se deve ao fato de haver certa imprecisão no conceito de informalidade; outra dificuldade para tal deve-se ao caráter dinâmico das atividades informais citado por Ribeiro e Bugarim (2003).

Para a pesquisadora da área Cacciamali (2009) existem duas vertentes do conceito de “setor informal”, são eles: o conjunto de atividades econômicas onde os fatores trabalho e capital dentro de um processo produtivo não são claramente separados, geralmente, ressalta a autora, tal caso é evidenciado em pequenas empresas; a segunda conotação refere-se a toda atividade econômica desenvolvida fora da esfera regulatória, seja ela tributária, trabalhista, dentre outras. Neste sentido ressalta a autora que o termo “economia submersa” é mais adequado para denotar as atividades do setor informal.

Esta segunda interpretação é mais comum e mais apropriada para descrever o objeto da pesquisa, sendo que vários outros pesquisadores utilizam conceitos parecidos. Para Del'Anno (2003) *shadow economy* (sinônimo de economia submersa geralmente utilizado em pesquisas internacionais) descreve as atividades econômicas e seus rendimentos derivados que contornam a regulamentação governamental, a taxaço fiscal ou sua simples observação. Conceito similar ao de Schneider (2008) que afirma que economia subterrânea engloba todas as atividades econômicas que são deliberadamente escondidas das autoridades públicas, por qualquer que seja a razão; destaca o autor as mais comuns, evasão fiscal, evasão da contribuição social, evitar obrigações determinadas pelas normas trabalhistas tais como, salário mínimo, máxima duração do trabalho, normas de segurança e para evitar complicações burocráticas.

Para fechar o conceito de economia submersa a ser utilizado nesta pesquisa falta diferenciar informal de ilegal. Afinal informal é ilegal?

Neste caso, tratando-se de atividade econômica, podemos depreender que ambas as atividades, desde que se enquadrem as condições ressaltadas nos conceitos acima, sejam elas legais ou ilegais, são intrínsecas a economia informal como afirma Ribeiro e Bugarim (2003); visto que ambas geram renda, porém, não são tributadas nem reguladas pelo governo.

Mirus e Smith (1997) conceituaram as atividades legais como aquelas cujas práticas são "aceitas" pela sociedade, como: omissão de bens e renda, lucro, permuta de serviços e produtos legais, recebimento de benefícios defendidos pela seguridade social, quando o agente não poderia, de fato, usufruir desse direito; e as atividades ilegais como aquelas repudiadas pela sociedade como tráfico de drogas, falsificação, roubo, contrabando e atividades correlatas.

Assim como Ribeiro e Bugarim (2003) o conceito aqui adotado concentrar-se-á no valor adicionado "legal" criado pelas atividades que não são tributadas ou registradas, excluindo, assim, aquelas definidas como ilegais.

2.2 A Relevância da Economia Submersa

Os estudos nesta área ainda são poucos, contudo a informalidade tem fundamental participação na economia formal, e seu entendimento é essencial para que as decisões macroeconômicas principalmente por parte do governo federal obtenham sucesso.

Schneider (2005) mostra em sua pesquisa que não se pode negar a influência da economia submersa para a eficiência e bom funcionamento da economia formal, corroborando com essa afirmação Naylo (2006) enfatiza que a economia formal e suas políticas não funcionariam eficientemente se separada da parte informal.

Este tópico da pesquisa tem o intuito de consolidar os conceitos abordados anteriormente e ressaltar os impactos da submersão econômica em diversos aspectos da economia.

Schneider e Enste (2000) caracterizam as atividades informais como “todas que usualmente seriam tributadas se reportadas às autoridades tributárias”. Logo, o aumento da economia informal tem impacto negativo na receita tributária, diminuindo assim as contas do governo e, conseqüentemente, seu investimento, deteriorando a qualidade e quantidade de bens e serviços públicos oferecidos à sociedade.¹

Schneider (2008) analisa relatórios e pesquisas da Receita Federal e mostra que a evasão fiscal no Brasil é crescente não só quantitativamente mas em termos de porcentagem do PIB, como ilustra o Quadro 01, ou seja, a situação precária que se encontra os serviços públicos prestados a população deve-se em parte a situação econômica nacional, que contém considerável parcela na economia informal.

Total da evasão fiscal em porcentagem do PIB brasileiro	
ANO	% do PIB
1998	29,74
1999	31.77
2000	32.48
2001	33.84
2002	35.86
2003	34.91
2004	35.96
2005	37.40
2006	36.40

Quadro 01 – Evasão fiscal em porcentagem do PIB. Retirado de Schneider (2008)

1. Ver Ribeiro, 2000.

Um dos responsáveis por essa crescente evasão fiscal tanto em termos quantitativos, valores, quando em porcentagem do PIB, a economia submersa é um problema que deve ser estudado e combatido pelo governo federal, pois sua existência também restringe o crescimento econômico brasileiro em cerca de 3 a 4 por cento anuais, inibindo um crescimento oficial extra na ordem de 1,5 por cento anuais caso houvesse um esforço do governo federal em reduzir seu tamanho, como aponta a Mckinsey Consulting & Company em sua pesquisa: “Eliminando as barreiras ao crescimento econômico e à economia formal no Brasil”.

Para exercer uma eficiente política de enfrentamento à informalidade o governo deve ter algumas ressalvas como aponta Ribeiro e Bugarim (2003), por exemplo: o entendimento, tanto das possíveis causas que determinam o tamanho do mercado informal ou economia submersa quanto do seu funcionamento e a sua quantificação tornam-se cruciais do ponto de vista de política econômica, visto que os impactos dos seus diferentes instrumentos, implementados mediante os sistemas de regulação e de tributação, dentre outros, sobre o desempenho da atividade econômica serão completamente diferentes na presença daquele mercado. Portanto, a análise da frequência e da magnitude com as que as atividades informais ocorrem e da sua interação com a economia formal será essencial para uma efetiva atuação em termos de política econômica. Outra questão proeminente é que os indicadores econômicos oficiais, como desemprego, renda e consumo, para uma efetiva política econômica, não seriam confiáveis na presença de uma economia informal crescente, podendo gerar distorções entre as medidas adotadas e as medidas necessárias para uma melhor adequação à realidade econômica.

Contudo cabe ressaltar que nem toda correlação entre o crescimento da economia submersa e o crescimento da economia formal é negativa. Para Adam et al (1985) esta correlação pode ser positiva, no sentido que, o aumento do produto e da renda geradas pelas atividades informais pode permitir que a parcela mais pobre da população perceba maneiras de produzir bens e serviços capazes de gerar renda, melhorando assim a qualidade de vida desta.

Neri (2000) apesar de afirmar que “nenhum segmento contribui mais para a pobreza brasileira que o setor informal”, corrobora com a ideia de Adam et al no sentido que sua pesquisa revela que 51,3% dos pobres brasileiros residem em família chefiadas por indivíduos ocupados no segmento informal, mostrando assim como essa submersão tem parcela de responsabilidade na distribuição de renda.

2.2.1 Interação entre as Economias Formal e Informal

O Quadro 02 serve para melhor ilustrar as relações entre as economias formal e informal citadas no tópico 2.2.

A influência da Economia Submersa	Através	O efeito sobre a economia formal e a performance da economia	
Sistema Tributário	Evasão fiscal		A política de redistribuição destinada ao financiamento da melhoria dos bens públicos fica comprometida, tanto qualitativamente quanto quantitativamente, assim o crescimento econômico pode ser afetado negativamente.
	Incremento nas receitas tributárias		Se as atividades informais forem complementares à economia formal, no sentido de que a renda extra gerada pela informalidade acabada sendo gasta na economia formal.
Alocações	Aumento da competitividade e estimulação dos mercados		maior eficiência no uso de recursos escassos
			incentivo às firmas e autônomos, estimulando a criatividade e a inovação
			aumento da oferta de bens e serviços
			as vantagens sobre os custos de produção que os atores informais tem sobre os formais leva a desequilíbrio competitiva
			a falta de transparência e estrutura do setor informal gera problemas de fluxo de informação para os fornecedores e consumidores
Decisões políticas	informações oficiais publicadas enviesadas		políticas fiscais, de redistribuição e de estabilização podem obter efeitos indesejados, pois a informalidade gera indicadores econômicos não confiáveis

Quadro 02 – Relação entre as economias formal e informal. Retirado de Schneider (2008) – Tradução e adaptação própria

Este quadro sintetiza os principais impactos da economia submersa na economia formal, nas decisões governamentais e na competição empresarial, vários desses citados por outros autores e relatados nesta pesquisa.

2.3 Evolução da economia submersa no Brasil

Há uma grande dificuldade em se mensurar o tamanho da economia submersa pelas pesquisas direcionadas, seja ela pela própria dificuldade de identificar os agentes informais, ou pela dificuldade citada anteriormente que é a falta de conceitos maciços sobre a submersão econômica que a delimite com precisão.

Existem diversos métodos diferenciados utilizados para se medir o tamanho e analisar o comportamento da economia informal.² Dentre eles destaca-se o método chamado Modelo de Múltiplas Causas e Múltiplos Indicadores, MIMIC, desenvolvido por Joreskog e Sorbom, em 1975, pois nele não se mede o efeito e a causa da informalidade através de apenas um indicador, mas a interação de vários indicadores.

Segundo Ribeiro (2000) este método é diferenciado, pois “é baseado em uma teoria estatística de variáveis latentes”, que considera múltiplas causas como: carga tributária, alta regulação governamental, redução da renda disponível, os determinantes para que os indivíduos se desloquem para a informalidade. “Concomitantemente às múltiplas causas o método considera múltiplos efeitos e indicadores suscetíveis à variação da economia informal como: indicadores monetários, de mercado de trabalho e do setor produtivo.”

Schneider (2008) utilizando este método, MIMIC, constatou que na média a situação da economia submersa em relação ao PIB em 21 países da América Central e Latina cresceu de 41,1% em 1999/2000 para 43,4% em 2002/03 e depois declinou para o patamar de 42,2%; também destaca que a situação brasileira houve um aumento de 36,4% de 1995 para 42,3% em 2004.

O Quadro 03 retirado desde estudo mostra a evolução da economia submersa nos países da América Latina e alguns países da América Central entre os anos de 1999 e 2006.

2. Ver capítulo II de Ribeiro, 2000.

O tamanho e o desenvolvimento da Economia Submersa em 21 países da América Central e Latina entre os anos de 1999/00 a 2005/06						
	ES (em % do PIB) utilizando o modelo DYMIMIC					
País	1999/00	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06
Argentina	25	27	29	29	27	26
Bolívia	67	68	68	68	68	67
Brasil	40	41	42	42	41	39
Chile	20	20	21	20	19	18
Colômbia	39	41	43	42	41	39
Costa Rica	26	27	28	27	26	25
República Dominicana	32	33	34	34	35	35
Equador	34	35	37	36	35	34
El Salvador	46	47	48	48	47	47
Guatemala	51	51	52	51	50	49
Haiti	55	57	59	59	60	60
Honduras	50	50	51	51	49	48
Jamaica	36	37	39	39	38	38
México	30	32	33	32	32	30
Nicaragua	45	47	48	49	48	49
Panamá	64	62	60	58	56	54
Paraguai	37	39	41	43	46	47
Peru	60	60	61	59	58	57
Porto Rico	24	29	31	29	27	26
Uruguai	41	41	42	39	38	37
Venezuela	37	35	37	38	39	41
Média	41	42	43	42	42	41

Quadro 03 – Tamanho e desenvolvimento da economia submersa. Retirado de Schneider (2008) – Tradução e adaptação própria

A situação da economia submersa no período anterior ao da pesquisa de Scheneider, de 1994 a 1998, período pós-inflacionário, foi pesquisado por Ribeiro e Bugarim (2003) que concluem em sua pesquisa que há um crescimento na ordem de 26% no índice da economia submersa neste período, segundo os autores o

crescimento da economia submersa não ocorreu somente em termos reais e nominais, mas também em porcentagem do PIB brasileiro.

2.4 Fatores determinantes para a submersão econômica

Quando se discute informalidade e suas diversas manifestações é fundamental abordar as condições e os fatores que acarretam sua existência. Para os pesquisadores Ribeiro e Bugarim (2003) os fatores determinantes para o crescimento da economia submersa são: alta carga tributária; a crescente regulação na economia formal, principalmente a regulação do mercado de trabalho; e o desemprego. Os autores ressaltam outros fatores de natureza sociológica e psicológica, como o declínio da percepção de justiça e lealdade para com as instituições públicas, a redução do índice de moralidade e a redução do índice de percepção da corrupção, que atuam complementarmente com os fatores econômicos na medida em que estes “diminuem o custo de oportunidade da escolha dos indivíduos para atuar na informalidade”.

Carneiro(1997) complementa esta ideia afirmando que no Brasil o aumento da atividade subterrânea deve-se também ao protecionismo e as políticas intervencionistas, que inibem a competição; a densa burocracia, que dificulta pequenos empreendedores participarem do sistema econômico mediante canais legais e ainda incentivaria à entrada destes na atividade submersa; além de ratificar que a complexa e elevada carga tributária e a elevada contribuição social são fatores decisivos, uma vez que a informalidade permite a redução dos custos e a flexibilização do mercado de trabalho pesadamente regulado no país.

Em uma de suas pesquisas Schneider (2006) mensurou as principais causas para o incremento da economia submersa e qual a influência, proporcional, de cada uma no incremento total. A figura 01 ilustra o resultado desta pesquisa.

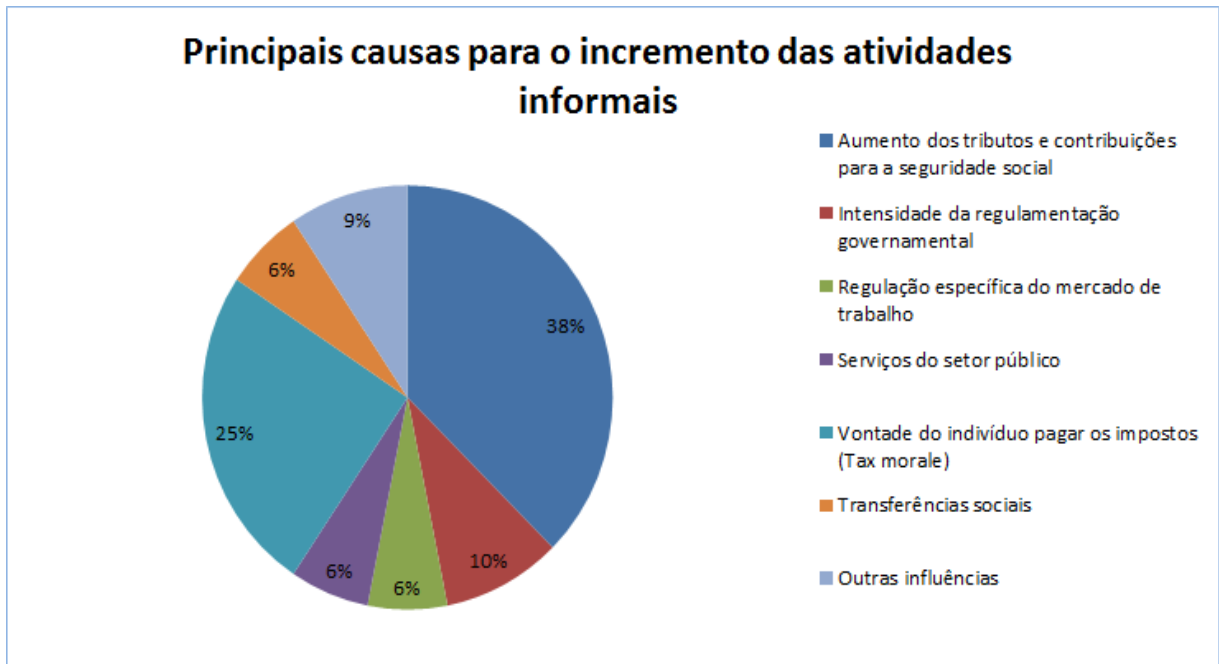


Figura 01 – Principais causas para o incremento das atividades informais. Retirado de Schneider (2006) – Tradução e adaptação própria.

Ribeiro e Bugarim (2003) também citam a inflação como fator de incremento, mas que, apesar de ter influência direta sobre a economia submersa, não apresenta impacto significativo sobre o seu crescimento. Para os autores dois fatores tem maior impacto na informalização, são eles: a taxa de desemprego que se relaciona positivamente com a economia submersa, na ordem de 20,41%, e a renda disponível que possui relação negativa, no sentido de que uma diminuição da renda, devido ao aumento da carga tributária, aumentaria a atividade informal na ordem de 24,56%. O motivo de as tributações impactarem tanto na atividade informal se deve ao fato de que “as intervenções fiscais têm forte influência sobre as escolhas individuais referentes ao custo/benefício sobre a proporção lazer/trabalho, pois, acresce o custo de oportunidade para as atividades econômicas legais e reduz a rentabilidade do trabalho oficial” (SCHNEIDER, 2008).

Outro fator relevante são os custos empresariais para se contratar um funcionário de acordo com a legislação, valores esses que chegam a ser o dobro da remuneração recebida pelo funcionário; o Quadro 04 ilustra os custos estimados associados à contratação de funcionários por hora de trabalho.

Custo de contratação por hora de trabalho no Brasil	
Tipo da despesa	Porcentagem sobre o salário
Grupo 1 - Obrigações Sociais	
Previdência Social	20
FGTS	8,5
Salário Educação	2,5
Acidente de Trabalho (média)	2
SESI/SESC/SEST	1,5
SENAI/SENAC/SENAT	1
SEBRAE	0,6
INCRA	0,2
Subtotal	36,3
Grupo 2 - Tempo não trabalhado 1	
Repouso semanal	18,91
Férias	9,45
Abono de férias	3,64
Feriados	4,36
Aviso prévio	1,32
Auxílio enfermidade	0,55
Subtotal	38,23
Grupo 3 - Tempo não trabalhado 2	
Décimo terceiro salário	10,91
Despesa de rescisão contratual	3,21
Subtotal	14,12
Grupo 4 - Incidências Cumulativas	
Incidência cumulativa Grupo 1 e 2	13,88
Incidência do FGTS sobre 13º salário	0,93
Subtotal	14,81
Total Geral	103,46

Quadro 04 – Custo de contratação por hora de trabalho no Brasil. Retirado de Schneider (2008) – Tradução e adaptação própria

Esse elevado custo é uma das principais razões para que aproximadamente 60% da população economicamente ativa, cerca de 45 milhões, trabalhem em atividades informais (SCHNEIDER, 2008). Pois, este ônus relacionado aos encargos sociais tende a produzir um incentivo à sua sonegação como forma de redução de

custos e, conseqüentemente, aumento da margem de lucro, principalmente em época de retração das atividades econômicas, afirma Ramos (2007).

Outro reforço para o crescimento da informalidade deve-se a ineficiência do governo tanto em fazer valer as leis, no sentido que falta autonomia aos órgãos regulatórios e rapidez ao sistema jurídico, aumentando assim a percepção de impunidade; quanto à administração pública, com altas taxas de corrupção e suborno e baixa qualidade dos serviços colocados à disposição da população, o que diminui a percepção de eficiência, conseqüentemente respeito e obediência às esta entidade.³

A Figura 02 retirada da pesquisa da Mckinsey Consulting sintetiza os principais fatores citados neste tópico relacionando-os entre si.



Figura 02 – Principais fatores e suas respectivas interações. Retirada da pesquisa da Mckinsey Consulting & Company, 2003.

3. Ver pesquisa da Mckinsey, 2003

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Esta seção descreverá os procedimentos metodológicos envolvidos na realização da pesquisa, abrangendo os seguintes tópicos: tipo da pesquisa; caracterização da empresa pesquisada; participantes da pesquisa; instrumentos utilizados na pesquisa; procedimentos de análise e coleta de dados.

3.1 Tipo e descrição geral da pesquisa

Este trabalho adota a proposta de Vergara (2006) que classifica os tipos de pesquisa dividindo-os em dois critérios básicos – quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins, a autora esclarece que a pesquisa pode ser do tipo: exploratória, descritiva, explicativa, metodológica, aplicada ou intervencionista. Com relação aos meios, a pesquisa pode ser: de campo, de laboratório, documental, bibliográfica, experimental, *ex post facto*, participante, ação e estudo de caso.

De acordo com essa tipologia, a pesquisa proposta neste projeto pode ser classificada, quanto aos fins, como exploratória, uma vez que foi realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Quanto aos meios, ela se classifica como pesquisa de campo, pois se realizou uma investigação empírica no local onde ocorre o fenômeno.

Além dessa tipologia, a literatura mostra que a pesquisa também pode ser quantitativa, qualitativa ou uma combinação dessas duas abordagens. Bauer, Gaskell e Allum (2004) esclarecem que a pesquisa quantitativa lida com números e usa modelos estatísticos para explicar os dados, sendo que o instrumento mais conhecido é o questionário de levantamento de opinião. Em contraste, explicam os autores, a pesquisa qualitativa lida com interpretações das realidades sociais e o seu instrumento principal é a entrevista. Neste projeto foi utilizada a abordagem quantitativa.

3.2 Caracterização da organização, setor ou área

Foi aplicada pesquisa em um setor comercial varejista do Distrito Federal, denominada Feira dos Importados.

A feira surgiu por volta do ano de 1997 quando se formou uma feira popular em área de domínio público do DF, comumente conhecida como Feira do Paraguai, nas imediações do Estádio Mané Garrincha, cujo objetivo precípua era a venda de produtos eletro-eletrônicos. O Governo do Distrito Federal (GDF) ainda no exercício de 1997 delimitou uma área reservada com cerca de 70.000 metros quadrados no Setor de Comércio Especial e transferiu a feira, mesclando-a com outras, tais como Feira do Conic, do Trabalhador e do Guará; a partir de então passou a ser conhecida como Feira dos Importados.

Atualmente a feira conta com 1990 boxes e 96 quiosques, que são ocupados por 1758 permissionários e emprega mais de 5000 pessoas.

A escolha pela feira deve-se ao fato da sua diversidade em diversos aspectos: são comercializados produtos desde eletrônicos, informática a móveis e produtos para o lar, passando por alimentação, moda, jogos, serviços, dentre outros; existem empreendimentos regularizados, formais, empreendimentos informais e alguns ilegais, conforme a classificação de Perry et al (2007); e os produtos comercializados que provêm de importação, produção própria ou revenda.

3.3 População e amostra

Segundo Easterby-Smith et al (1991) existem quatro tipos de amostragem: amostra aleatória simples, a amostra aleatória estratificada, a amostra por quotas e a amostra por blocos. Nesta pesquisa foi utilizada a amostra aleatória simples, onde a escolha dos participantes foi feita através de sorteio com base no número da banca através de uma tabela de números aleatórios, preservada equidade probabilística de cada elemento.

A feira atualmente conta com 1738 permissionários, a pesquisa foi realizada com uma amostra de 232 elementos, o que proporciona um erro amostral de 5% e 90% de nível de confiança. O sorteio dos participantes será feito com o auxílio do software da Microsoft, Excel, onde serão simulados N números aleatórios, sendo N o número de elementos da amostra. Esse método é permitido devido à numeração contínua dada a cada empreendimento da feira, que serve como “endereço”.

Essa opção pela amostragem à pesquisa censitária é justificada pelo conceito de Zanella (2006) que afirma: no caso da população escolhida ser grande se faz necessária extração de uma amostra para análise, devido ao alto custo e tempo demandado que inviabiliza que a pesquisa seja realizada na população inteira.

3.4 Caracterização do instrumento de pesquisa

Foi desenvolvido um questionário de autoria própria devido à incipiência de estudos relacionados a esse tema no Brasil.

Para tal finalidade, visando melhor captação dos dados e menor viés foram realizados três pré-testes consecutivos e aperfeiçoados sendo o primeiro com 10% da quantidade de elementos da amostra da pesquisa, 23 elementos, mais dois pré-testes com 20%, 46 elementos. O objetivo desde segundo Easterby-Smith et al (1991) é averiguar se as questões são compreensíveis e a sequência das perguntas são adequadas, se existe condição para que os dados sejam analisados e se os resultados têm sentido.

A variável dependente qualitativa a ser avaliada é: “Possui CNPJ?”, uma variável do tipo *dummy*, ou dicotômica, uma vez que assume somente dois valores possíveis sim ou não, 0 e 1; valor 1 corresponde a existência da característica e o valor 0 a ausência dela.

O questionário é composto em sua essência por variáveis explicativas qualitativas, *dummies*, e algumas quantitativas como faixa etária e nível de escolaridade. As questões foram elaboradas com base nos estudos citados no referencial teórico desta pesquisa, principalmente na pesquisa da McKinsey Consulting e o estudo de Schneider, *The shadow economies in central and south*

america with a specific focus on brazil and columbia, de 2008, onde há um substancial relato sobre o cenário nacional relacionado à informalidade.

3.5 Procedimento de coleta e análise de dados

A coleta dos dados foi feita através de distribuição do questionário a diversos feirantes interessados em participar da pesquisa e recolhimento após uma hora, respeitando a ordem do sorteio dos números dos estabelecimentos. Diversas dificuldades foram encontradas na aplicação do questionário, principalmente durante os pré-testes, como: falta de tempo por parte dos participantes em responder a pesquisa, para suprir essa dificuldade as pesquisa foram aplicada nos dias de terça e quarta feira no período matutino, quando o movimento de pessoas é menor; receio por parte dos feirantes quando a delicadeza do assunto, informalidade, a maioria relacionou o pesquisador à receita federal, para tal houve maior receptividade quando o pesquisador se apresentou com roupas bem casuais, como bermuda e camiseta regata, junto da apresentação dos documentos da universidade; não houve muita aceitabilidade quando o tema da pesquisa era dito como as dificuldades para se regularizar uma empresa ou montar uma empresa no DF, para melhorar esse aspecto foi frisado que o intuito era de identificar as dificuldades que as pessoas da própria feira encontravam para manter um negócio, esses métodos foram essenciais para que aumentassem a quantidade de participantes.

Neste estudo o fato de não possuir CNPJ foi considerado que o negócio esteja irregular, ou submerso. Essa presunção deve-se a dificuldade de se tratar o assunto informalidade, irregularidade ou qualquer outro relacionado à receita federal com a população da pesquisa, como destacado anteriormente no referencial teórico os empreendedores informais preferem se manter no completo anonimato.

Os dados coletados foram tabulados no programa Microsoft Excel, onde as linhas representavam os participantes e as colunas as variáveis medidas.

Segundo Gujarati (2000) existem três formas mais comuns de se estimar modelos que envolvem variáveis de resposta dicotômicas, são eles: Modelo de probabilidade linear (MPL), Logit e Probit.

Para esse estudo foi utilizado o modelo Logit, onde é estimado o valor de L que representa o log da razão das probabilidades do indivíduo possuir a característica Y, no caso possuir CNPJ, pela probabilidade dele não possuí-la.⁴

Neste caso o modelo foi estimado pelo método de máxima verossimilhança, sendo cada observação tratada como uma realização simples de uma distribuição de Bernoulli, sendo a equação não linear nos parâmetros.

As variáveis explicativas consideradas na pesquisa na tentativa de se analisar o processo da informalidade foram:

- I. Faixa etária, foram consideradas as faixas: de 18 a 25 anos, de 25 a 35, de 35 a 45 e acima de 45, cada uma recebendo os valores de 1 a 4 respectivamente (denominada b2)
- II. Escolaridade (denominada b3)
- III. Horas de trabalho por dia, entre 6 e 12 horas (denominada b4)
- IV. Nascido em Brasília, assume valor um para os nascidos e zero para os não nascidos (denominada b5)
- V. Estava empregado quando começou o negócio, assume valor um para os empregados e zero para os não empregados (denominada b6)
- VI. Conhece programas de auxílio a pequenos negócios, assume valor um para os que conhecem e zero para os que não conhecem (denominada b7)
- VII. Dispõem de alguma ajuda de programas de auxílio do governo, assume valor um para os que dispõem e zero para os que não dispõem (denominada b8)
- VIII. Empregabilidade, assume valor um para os que acreditam que arrumariam trabalho facilmente caso desistissem do negócio e zero para os que não acreditam (denominada b9)
- IX. Dificuldade para se registrar uma empresa, assume valor um para os que consideram que há dificuldade e zero para os que não consideram (denominada b10)

4. Ver Gujarati (2000), páginas 559 - 568

- X. Alta carga tributária, assume valor um para os que consideram os impostos caros no Brasil e zero para os que não consideram (denominada b11)
- XI. Alta regulação do mercado de trabalho, assume valor um para os que consideram que há muita responsabilidade para se assinar uma carteira de trabalho e zero para os que não consideram (denominada b12)
- XII. Eficiência nos investimentos do governo, assume valor um para os que consideram que os serviços públicos prestados pelo governo são bons e zero para os que não consideram (denominada b13)
- XIII. Vontade de pagar imposto, assume valor um para os que têm vontade de pagar imposto e zero para os que não têm vontade (denominada b14)
- XIV. Crer em corrupção dos órgãos de fiscalização, assume valor um para os que acreditam que existe os órgãos fiscalizadores são corrompíveis e zero para os que não acreditam (denominada b15)
- XV. Percepção de impunidade, assume valor um para os que têm medo dos órgãos de fiscalização e zero para os que não possuem medo (denominada b16)
- XVI. Conhece as punições aplicáveis aos negócios informais, assume valor um quando há conhecimento e zero quando não há (denominada b17)
- XVII. Percepção de ilegalidade, assume valor um quando acredita-se que as atividades desobedecem alguma lei e zero para quando não acredita (denominada b18)
- XVIII. Percepção da política de contenção da informalidade do governo, assume valor um quando acredita-se que o governo preocupa mais em punir que educar sobre a regularização e zero quando não acredita (denominada b19)

- XIX. Percepção de apoio do governo, assume valor um quando acredita-se que o governo tenta ajudar o pequeno negócio e zero quando não acredita (denominada b20)

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo tratar-se-á os resultados coletados, primeiramente análise descritiva deles, após, uma análise sob a ótica do modelo Logit.

A seguir a tabela 01 apresenta um resumo dos dados coletados:

Variável	Qtd de Observações	Mínimo	Máximo	Média	Desv. Padrão
B1	234	0	1	0,341880342	0,475356531
B2	234	1	4	2,568376068	0,87258184
B3	234	1	7	3,388888889	1,341978411
B4	234	6	12	0,294871795	0,45696257
B5	234	0	1	0,418803419	0,494420652
B6	234	0	1	9,051282051	1,48437443
B7	234	0	1	0,175213675	0,380964663
B8	234	0	1	0,025641026	0,158400723
B9	234	0	1	0,123931624	0,330209862
B10	234	0	1	0,715517241	0,452143227
B11	234	0	1	0,991452991	0,092251429
B12	234	0	1	0,901709402	0,298345338
B13	234	0	1	0,047008547	0,21211085
B14	234	0	1	0,585470085	0,493696742
B15	234	0	1	0,961538462	0,192719928
B16	234	0	1	0,435897436	0,496936804
B17	234	0	1	0,730769231	0,444510926
B18	234	0	1	0,44017094	0,49747169
B19	234	0	1	0,97008547	0,170716721
B20	234	0	1	0,277777778	0,448863345

Tabela 01 – Descrição da amostra. Autoria própria com base nos dados extraídos dos questionários

Esta tabela permite observar um resumo dos dados e o tamanho da amostra além de algumas estatísticas descritivas da mesma, como: média, desvio padrão e os limites máximos e mínimos das variáveis.

As tabelas a seguir apresentarão as proporções de cada característica individual para cada variável.

A tabela 02 apresenta a proporção de indivíduos por faixa etária, variável b2. Podendo ser observados que indivíduos com faixa etária entre 26 a 35 anos e 36 a 45 anos possuem maior representatividade dentro da amostra.

Faixa Etária	Porcentagem
De 18 a 25 anos	10,68376068
De 26 a 35 anos	36,75213675
De 36 a 45 anos	37,60683761
Acima de 46 anos	14,95726496

Tabela 02 – Faixa etária. Autoria própria.

A tabela 03 apresenta a proporção de indivíduos divididos por nível de escolaridade, variável b3.

Escolaridade	Porcentagem
Ensino fundamental incompleto	17,09401709
Ensino fundamental completo	5,982905983
Ensino médio incompleto	14,95726496
Ensino médio completo	48,29059829
Ensino superior incompleto	10,25641026
Ensino superior completo	3,418803419
Pós-graduado	0

Tabela 03 – Escolaridade. Autoria própria.

Pela tabela 03 pode-se verificar que indivíduos com ensino médio completo representam aproximadamente 48% da amostra, que são poucos os que possuem graduação completa e que não existem indivíduos com alguma pós-graduação cursada.

Horas de trabalho diário	Porcentagem
6 horas	7,264957265
7 horas	3,418803419
8 horas	20,08547009
9 horas	37,60683761
10 horas	20,51282051
11 horas	0
12 horas	11,11111111

Tabela 04 – Horas de trabalho diárias. Autoria própria.

A tabela 04 mostra a proporção de indivíduos em relação à quantidade de horas trabalhadas por dia, variável b4. Nela percebe-se que aproximadamente 78%

dos indivíduos trabalham entre 8 e 10 horas por dia e que 11% trabalham 12 horas diárias.

Tabela 05 trata da variável b5, indivíduos nascidos em Brasília.

Nascido em Brasília	Porcentagem
Sim	29,48718
Não	70,51282

Tabela 05 – Nascidos em Brasília. Autoria própria.

O objetivo desta variável era estipular se há uma relação direta entre a migração e a formação da economia submersa.

A tabela 06 mostra a proporção de indivíduos que se encontravam empregados quando começaram o próprio negócio, variável b6. A quantidade de pessoas que não estavam empregadas é mais expressiva.

Estava empregado	Porcentagem
Sim	41,88034188
Não	58,11965812

Tabela 06 – Empregado. Autoria própria.

A tabela 07 refere se aos indivíduos que conhecem os programas do governo de auxílio a pequenos negócios.

Conhece programas do governo	Porcentagem
Sim	17,52136752
Não	82,47863248

Tabela 07 – Conhece programas de auxílio. Autoria própria.

Analisando essa tabela percebemos que a maioria, aproximadamente 82% dos feirantes participantes da pesquisa desconhecem os programas de auxílio e conforme a tabela a seguir aproximadamente 97% da amostra não considera que dispõe de qualquer assistência do governo. Como citado, a tabela 08 refere se aos participantes que consideram que possuem alguma ajuda de programas de assistência a pequenos negócios.

Nesta variável explicativa por se tratar de uma porcentagem muito alta unilateralmente, quase 98% da amostra não possui ajuda, esse dado não nos permite relaciona-la à variável dependente significativamente.

Dispõem de alguma ajuda do governo	Porcentagem
Sim	2,564102564
Não	97,43589744

Tabela 08 – Dispõem de assistência pública. Autoria própria.

A tabela 9 apresenta a proporção dos indivíduos que consideram que encontrariam emprego facilmente se desistissem de seus respectivos negócios.

Alta empregabilidade	Porcentagem
Sim	12,39316239
Não	87,60683761

Tabela 09 – Empregabilidade. Autoria própria.

Pela expressividade da porcentagem da amostra que não considera que conseguiria emprego com facilidade, somado ao resultado mostrado na tabela 6 que mostra que 60% dos participantes não se encontravam empregados no início do negócio, supõe-se que a dificuldade para se arrumar um emprego faz com que as pessoas busquem novas formas de se obter renda. E pela falta de informação e educação dos novos empreendedores por parte do governo, demonstrado anteriormente na pesquisa, pode-se induzir que esse fator estimula a formação do contingente de negócios informais.

A tabela 10 mostra a proporção da amostra que considera que existem dificuldades para se registrar uma empresa, onde aproximadamente 71% dos participantes consideram que existe dificuldade, seja ela para obtenção do CNPJ, pela falta de informação, burocracia, etc.

Considera que há dificuldades	Porcentagem
Sim	70,94017094
Não	28,20512821

Tabela 10 – Dificuldade para se registra um negócio. Autoria própria.

A tabela 11 apresenta a proporção de indivíduos que consideram que os impostos no Brasil são altos.

Considera os impostos altos	Porcentagem
Sim	99,14529915
Não	0,854700855

Tabela 11 – Impostos altos. Autoria própria.

Como demonstrado na tabela, 99,15% dos participantes consideram alta a carga tributária, fato esse que provavelmente é uma das principais causas para a submersão economia, porém nessa pesquisa não foi obtido sucesso nessa correlação, pois esta não foi focada nessa variável, o que se faz necessário, porque como podemos perceber tanto as pessoas que possuem CNPJ quanto as que não possuem consideram altos os impostos, o que não nos permite correlacionar essa variável com a variável dependente significativamente.

A tabela 12 mostra a proporção dos participantes que consideram que existe muita responsabilidade para se manter um funcionário com carteira de trabalho assinada.

Considera alta a regulação	Porcentagem
Sim	90,17094017
Não	9,829059829

Tabela 12 – Alta regulação do mercado de trabalho. Autoria própria.

Essa tabela mostra que 90,17% da amostra considera que a regulação do mercado de trabalho é alta no Brasil.

A próxima tabela, 13, apresenta a proporção de indivíduos que consideram bons os serviços públicos prestados pelo governo, como educação, saúde, etc.

Considera bons os serviços públicos	Porcentagem
Sim	4,700854701
Não	95,2991453

Tabela 13 – Qualidade dos serviços públicos. Autoria própria.

Como apresentado nesta tabela percebe-se que a insatisfação é grande quanto a qualidade dos serviços públicos oferecidos a população, cerca de 95% da amostra, o que sugeriria que as pessoas não devem ter vontade de pagar imposto, visto a má aplicação financeira dos tributos. Mas como demonstra a tabela 14, que mostra a proporção de indivíduos que possuem vontade de pagar impostos, essa afirmação não é inteiramente correta.

Tem vontade de pagar imposto	Porcentagem
Sim	58,54700855
Não	41,45299145

Tabela 14 – Tax Morale. Autoria própria.

Pela tabela 14 observa-se que quase 60% dos empreendedores participantes da pesquisa demonstraram interesse em contribuir pagando impostos ao governo.

A tabela 15 mostra a porcentagem dos indivíduos que acreditam que existe corrupção nos órgãos de fiscalização, onde destaca-se o fato de 96% dos participantes acreditarem que há corrupção.

Acredita que há corrupção	Porcentagem
Sim	96,15384615
Não	3,846153846

Tabela 15 – Corrupção nos órgãos da fiscalização. Autoria própria.

A tabela 16 apresenta a proporção da amostra que tem algum medo da fiscalização.

Tem medo da fiscalização	Porcentagem
Sim	43,58974359
Não	56,41025641

Tabela 16 – Medo da fiscalização. Autoria própria.

A tabela 17 apresenta a proporção dos indivíduos que tem conhecimento sobre as punições que a fiscalização aplica aos negócios informais.

Conhece as punições	Porcentagem
Sim	73,07692308
Não	26,92307692

Tabela 17 – Conhece as penas aplicáveis. Autoria própria.

Depreende-se dos dados desta tabela que a maioria da amostra conhece as punições que a fiscalização aplica, aproximadamente 73%, porém, 56,4% não tem medo algum desta fiscalização como indica a tabela 16. O que evidência a falta de eficiência do governo nas aplicações da lei, considerando que a maioria da amostra atua informalmente como será apresentado a seguir.

A tabela 18 apresenta a proporção dos indivíduos quanto a percepção de legalidade de suas atividades, quantos deles consideram que algum atividade exercida no negócio desobedece alguma lei.

Considera que desobedece a lei	Porcentagem
Sim	44,01709402
Não	55,98290598

Tabela 18 – Percepção de ilegalidade. Autoria própria.

Percebe-se que mais da metade não considera estar infringindo alguma lei, o que corrobora com o conceito adotado nesta pesquisa sobre legal e ilegal, onde as atividades ilegais são consideradas as que são repudiadas pela população, tais como tráfico, contrabando, dentre outras correlacionadas.

A tabela 19 mostra a proporção dos indivíduos que consideram que o governo preocupa mais em punir que educar sobre a regularização do negócio.

Considera que preocupa mais em punir	Porcentagem
Sim	97,00854701
Não	2,991452991

Tabela 19 – Políticas governamentais relacionadas. Autoria própria.

Destaca-se o fato de 97% dos entrevistados considerarem que as políticas do governo relacionadas a contenção da informalidade se baseia na repressão e não na educação.

A tabela 20 apresenta a porcentagem da amostra que considera que o governo tenta ajudar os pequenos negócios de alguma forma.

Considera que tenta ajudar	Porcentagem
Sim	27,77777778
Não	72,22222222

Tabela 20 – Intenção do governo. Autoria própria.

Novamente percebemos que a percepção de apoio do governo é baixa, pois a grande maioria, aproximadamente 72%, considera que o governo não tenta ajudar.

Por último a tabela 21 apresenta os dados referentes à variável dependente que estamos a estudar, que é o fato de possuir CNPJ.

Possui CNPJ	Porcentagem
Sim	34,18803
Não	65,81197

Tabela 21 – Possui CNPJ. Autoria própria.

Nesta tabela 21 percebe-se que aproximadamente 66% dos indivíduos da amostra não possuem CNPJ.

Cabe reiterar a conveniente escolha da área para aplicação da pesquisa, a feira, pois como se anota na tabela 21 a maioria da amostra possui a característica a ser avaliada pela pesquisa e como demonstram as tabelas 1 a 20 a diversidade em várias características da população.

A tabela 22 apresenta o resultado da análise dos dados coletados tratados pelo modelo Logit, bem como seus respectivos testes estatísticos, rodados no software Eviews 7 da QMS, Quantitative Micro Software.

Method: ML - Binary Logit (Quadratic hill climbing)
 Date: 01/24/11 Time: 13:52
 Sample: 1 234
 Included observations: 232
 Convergence achieved after 7 iterations
 Covariance matrix computed using second derivatives

Variable	Coefficient	Std. Error	z-Statistic	Prob.
C	-22,96528	6,518598	-3,52304	0,0004
B2	-0,146781	0,383302	-0,382938	0,7018
B3	1,847004	0,558607	3,306444	0,0009
B4	0,663142	0,30848	2,149704	0,0316
B5	1,29672	0,797704	1,625565	0,104
B6	5,51535	1,679847	3,283246	0,001
B7	5,161608	1,39417	3,702282	0,0002
B9	-1,260818	1,392562	-0,905394	0,3653
B10	5,535638	1,448396	3,821908	0,0001
B12	0,351662	1,866603	0,188397	0,8506
B13	2,325421	1,457786	1,595173	0,1107
B14	0,534047	0,619471	0,862101	0,3886
B15	-1,815919	1,165111	-1,55858	0,1191
B16	-7,693429	1,970021	-3,905251	0,0001
B17	0,330823	0,855912	0,386516	0,6991
B18	-3,53797	1,309823	-2,701106	0,0069
B19	6,261258	1,8105	3,458304	0,0005
B20	0,347154	0,90804	0,382312	0,7022

McFadden R-squared	0,598261	Mean dependent var	0,344828
S.D. dependent var	0,47634	S.E. of regression	0,300143
Akaike info criterion	0,672762	Sum squared resid	19,27831
Schwarz criterion	0,940181	Log likelihood	-60,04039
Hannan-Quinn criter.	0,780609	Deviance	120,0808
Restr. deviance	298,9022	Restr. log likelihood	-149,4511
LR statistic	178,8214	Avg. log likelihood	-0,258795
Prob(LR statistic)	0		
Obs with Dep=0	152	Total obs	232
Obs with Dep=1	80		

Tabela 22 – Resultados da regressão. Autoria própria.

Para se verificar a robustez do modelo deve se observar o resultado do teste LR statistic, onde se o mesmo apresentar um valor $\text{prob} < 0,005$ indica que o modelo se ajusta adequadamente aos dados, como percebemos o valor calculado foi zero, ou seja o modelo é adequado.

Também é importante observar a significâncias dos dados, para isso será utilizado o teste Z bilateral, demonstrado em z-Statistic, em que o valor z deverá ser menor que -1,96 ou maior que 1,96 para que seja considerado estatisticamente significativo ao nível de confiança de 95%.

Executado esse teste Z podemos desconsiderar para as próximas análises algumas variáveis explicativas por não terem um nível de significância adequado, são elas: “b2”, “b5”, “b9”, “b10”, “b12”, “b14”, “b15”, “b17” e “b20”.

Somados a essas, as variáveis “b8” e “b11” foram desconsideradas como explicado anteriormente na análise descritiva da amostra.

Separadas as variáveis significativas, chamemos as de preditoras ou explicativas, utilizasse o antilog de seus coeficientes para se estimar a probabilidade associada (*odds ratio*) à variação de uma unidade destas em relação à variável dependente.

A tabela 23 mostra o antilog dos coeficientes calculados na tabela 22.

Variáveis	Coefficiente	Antilog
C (Dependente)	-22,96528	0,0000
B3	1,847004	6,3408
B4	0,663142	1,9409
B6	5,51535	248,4769
B7	5,161608	174,4447
B13	2,325421	10,2310
B16	-7,693429	0,0005
B18	-3,53797	0,0291
B19	6,261258	523,8776

Tabela 23 – Antilog. Autoria própria.

Observa-se que a variável b3, escolaridade, possui sinal positivo em seu coeficiente, o que representa uma relação direta com a variável dependente. Quer dizer que para o aumento de uma unidade de escolaridade do empreendedor aumenta-se a chance dele possuir CNPJ em 6,34 vezes.

A variável b4, horas de trabalho diário, também possui sinal positivo no coeficiente e conforme análise do antilog, a cada hora de trabalho a mais que o indivíduo possua no dia eleva-se a chance deste possuir CNPJ em 94%.

A partir da variável b6 serão todas *dummies*, que assumem respostas sim ou não. A variável b6 estima se o indivíduo estava empregado quando resolveu montar seu negócio. As pessoas que se encontravam empregadas possuem chance 248,5 maior de possuir CNPJ que as pessoas que estavam desempregadas.

Na tabela a variável b7, conhece os programas do governo de auxílio a pequenos negócios, revela que as pessoas que têm esse conhecimento possuem 174,5 vezes mais chances de possuir CNPJ.

A *dummie* b13 mostra que as pessoas que consideram os serviços prestados pelo governo, como educação e saúde, são bons possuem 10,23 mais chances de possuir CNPJ em relação às pessoas que não consideram.

Possuir medo da fiscalização refere-se a variável b16, a qual apresenta o sinal negativo no coeficiente, o que representaria uma relação indireta ou negativa com a variável dependente, porém o valor apresentado no antilog é muito próximo de zero, o que não permite fazer inferência significativa desta.

A variável b18 relata a percepção de ilegalidade das atividades exercidas e também possui sinal negativo no coeficiente, portanto depreende-se da tabela que as pessoas que acham que as atividades não estão de acordo com a lei possuem apenas 2,9 por cento de chance de possuir CNPJ em relação às pessoas que acham que suas atividades estão dentro da lei.

Conforme a variável b19, que trata dos indivíduos que consideram que o governo federal preocupa mais em punir empreendedores submersos que educa-los quanto às vantagens de se regularizar o negócio, estima-se com base nos dados da tabela 23 que pessoas que consideram esse fato verdadeiro possuem 523,87 mais chance de possuir CNPJ em relação as que não consideram.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Este estudo contribui para uma melhor compreensão a respeito da economia submersa, tendo como foco o comportamento dos pequenos empreendedores. Geralmente os estudos nesta área utilizam-se do modelo MIMIC, modelo de múltiplas causas e múltiplos indicadores, para mensurar o tamanho, o comportamento e o impacto da submersão, porém faltam pesquisas que tentem compreender a raiz desta ocorrência.

A principal contribuição, portanto, deve-se ao fato da incipiência de estudos na área, principalmente no Brasil. Percebe-se no referencial que as principais pesquisas feitas a respeito da informalidade empresarial e seu impacto no Brasil foram elaboradas por pesquisadores ou entidades estrangeiras. Ressalta-se a importância destas pesquisas para uma melhor adequação das políticas públicas referentes ao assunto, pois como analisado neste estudo a percepção dos empreendedores informais quanto a estas políticas ainda é ruim, sendo que a maioria não acha que o governo tenta ajuda-los e quase 100% considera que o governo prioriza a punição à educação.

Dentre os impactos da economia submersa na economia formal mensurados por Schneider (2008), cabe ressaltar a evasão fiscal, o déficit nas arrecadações chegou ao patamar de 36% em porcentagem do PIB em 2006, ou seja, este é um assunto de suma importância para o governo. Olimpia e Rolim (2000) frisam a necessidade de um conjunto amplo de medidas de enfrentamento e contenção da submersão, a recomendação é de que o primeiro passo seja compreender as necessidades dos novos empreendedores, como citado na pesquisa GEM 2009 são quase 19 milhões, para depois serem tomadas as medidas. Outra contribuição desta pesquisa é mostrar que existe viabilidade de se dedicar atenção aos informais, pois existe grande chance deles se formalizarem, visto que a maioria, em torno de 66% demonstraram interesse em pagar impostos mesmo considerando eles altos.

Assim como o caráter inovador da pesquisa traz vantagens, também impõem certas limitações. No caso desta pesquisa faltou precisão nos dados coletados através das variáveis explicativas o que é explicado devido à falta de referência e

estudos aprofundados. Outros determinantes que limitam muito a formulação dessas variáveis são os fatores percebidos em campo, como: a resistência a participação da pesquisa por parte dos informais, pelo receio de serem identificados ou pela a descrença de que alguma coisa possa mudar; a diversidade dos níveis escolares que restringe o questionário em relação a gramática, pois como apontado nos resultados, há empreendedores que não possuem nem o ensino fundamental completo.

Porém com toda a dificuldade encontrada o objetivo geral foi parcialmente verificado, pois algumas hipóteses explicativas foram relacionadas com sucesso em relação a variável dependente. Percebe-se também que a hipótese sugerida por Perry et al (2007) de que os indivíduos analisam implicitamente o custo-benefício de ultrapassar a margem para a formalidade e optam por não fazê-lo, não é inteiramente verdade no caso do Brasil, pois a análise do custo-benefício por parte do empreendedor tem forte viés devido a falta de educação e informação, o que é depreendido da análise descritiva dos dados, onde 82% desconhece os programas de incentivo e auxílio aos pequenos negócios e 74% não considera que o governo tem intenção de ajuda-los.

REFERÊNCIAS

ADAM, M.; GINSBURGH, V. The effects of irregular markets on macroeconomic policy: some estimates for Belgium. **European Economic Review**, v. 29, p. 15-33, 1985.

BAUER, M.W.; GASKELL, G.; ALLUM, N.C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento. In: BAUER, M.W.; GASKELL, G. (Orgs.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 3ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

CACCIAMALI, M.C. **As economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda**. Em: CAMARGO, J.M.; GIAMBIAGI, F. (orgs.) **Distribuição de renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

CARNEIRO, F.G. The changing informal labour Market in Brazil: cyclical versus excessive intervention. **Labour: Review of Labour Economics and Industrial Relations**, v.11, n.1, p. 01-22, 1997.

DE SOTO, H. **The other path**. Nova Iorque: Harper and Row, 1989.

DELL'ANNO, R. **Estimating the shadow economy in Italy: a structural equation approach**. Department of Economics and Statistics, University of Salerno. Disponível em: <<http://ideas.repec.org/p/aah/aarhec/2003-7.html>>. Acesso em: 23 nov. 2010.

EASTERBY-SMITH, M.; THORPE, R.; LOWE, A. **Management research: an introduction**. Londres: Sage, 1991.

FEIGE, E.L. The underground economy and the currency enigma. **Supplement to Public Finance / Finances Publiques**, ed. 49, p.19-36, 1994.

GAJURATI, Damodar N.. **Econometria Básica**. Terceira Edição. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.

INSTITUIÇÃO BRASILEIRA DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE (Brasil). **Global Entrepreneurship Monitor Brasil: GEM Brasil**. Ano 2009. Disponível em: <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/EB2AB20EEE491FB6832576FC006CE794/\\$File/NT00043D82.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/EB2AB20EEE491FB6832576FC006CE794/$File/NT00043D82.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMIA APLICADA - IPEA. **Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**. Boletim Mercado de Trabalho nº 24 - agosto de 2004. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/bcmt.html>>. Acesso em: 12 nov. 2010.

JOHNSON, S.; KAUFMANN, D.; ZOIDO-LOBATÓN, P; Corruption, public finances and the unofficial economy. **World Bank Discussion Paper**, 1998.

MACHADO, Débora Gomes; AZEVEDO, Teisitel Peres; SILVA, Rogério Piva. O impacto gerado pela tributação no empreendedorismo. **Contexto**, Porto Alegre, v. 7, n. 12, p.1-10, 2007. Semestral. Disponível em: < <http://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/viewFile/11166/6609>>. Acesso em: 15 out. 2010.

MCKINSEY CONSULTING & COMPANY (São Paulo, 2003). **Eliminando as Barreiras ao Crescimento Econômico e à Economia Formal no Brasil**. Disponível em: <http://www.etc.org.br/user_file/ETCO_McKinsey_Diag_Informalidade.pdf>. Acesso em: 10 out. 2010.

MIRUS, R.; SMITH, R.S. **Canada's underground economy: measurement and implications**. Em: LIPPERT, O.; WALKER, M. **The underground economy: global evidence of its size and impact**. Vancouver: Fraser Institute, 1997.

OLIMPIA, Vera; ROLIM, Leonardo. Ações do governo federal para reduzir a informalidade no mercado de trabalho. **Boletim de Mercado de Trabalho:**

Conjuntura e Análise, São Paulo, out. 2000. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/bcmt.html>>. Acesso em: 15 out. 2010.

PERRY, G.E.; MALONEY, W.F.; ARIAS, O.S.; FAJNZYLBER, P.; SAAVEDRA-CHANDUVI, J. **Informality: Exit and Exclusion**. Washington: The World Bank, 2007. 252 p. Disponível em:

<http://books.google.com.br/books?id=JXIQHXi_crAC&printsec=frontcover&dq=informality+perry&source=bl&ots=m-qzh_Bz7x&sig=x0vQZWFt7YhMuvHV-Bkm74kTAu8&hl=pt-BR&ei=5g_sTOCmNoT6sAPGu-yXDw&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CBoQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 21 set. 2010.

RAMOS, L. **O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro: tendências, fatos estilizados e padrões espaciais**. IPEA, 2007. (Texto para Discussão, n. 1255).

RAMOS, L.; BRITTO, M. **O funcionamento do mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período 1991-2002: tendências, fatos estilizados e mudanças estruturais**. IPEA, 2004. (Texto para Discussão, n. 1011).

RIBEIRO, R.N. **Causas, efeitos e comportamento da economia informal no Brasil**. 2000. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado em Economia do Setor Público) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 2000.

RIBEIRO, R.N.; BUGARIN, M.N. **Fatores determinantes e evolução da economia submersa no Brasil**. São Paulo: Est. Econ., 2003. V.33, N.3, Páginas 435-466.

SCHNEIDER, F. Can the shadow economy be reduced through major tax reforms? An empirical investigation for Austria. **Supplemente to Public Finance/ Finances Publiques**, 49, p. 137-52, 1994.

_____. Shadow economies around the world: What do we really know? **European Journal of Political Economy** vol. 21, no. 3, Sept. 2005, S. 598-642; Amsterdam: Elsevier.

_____. 2006, Linz. **Shadow economies and Corruption of 145 countries all over the world: What do we really know?**. Economics, Open Access e-journal . Disponível em: <http://www.economics-ejournal.org/economics/journalarticles/2007-9/version_1/count>. Acesso em: 18 out. 2010.

_____. 2008, Rio de Janeiro. **The Shadow Economies in Central and South America with a Specific Focus on Brazil and Columbia: What do we know?** . Rio de Janeiro: Etco, 2008. 41 p. Disponível em: <www.etco.org.br/user_file/shadowEconomy/04_Artigo_Schneider.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2010.

SCHNEIDER, F.; ENSTE, D.H. Shadow economies: size, causes and consequences. **Journal of Economic Literature**, 38, p. 77, 2000.

VERGARA, S.C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 7ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia da pesquisa**. Apostila elaborada para o curso de administração na modalidade a distância. Brasília: UnB, 2009.

APÊNDICES

Apêndice A – Questionário

Pesquisa desenvolvida pelo curso de Administração da Universidade de Brasília, Unb.

Você não será identificado na pesquisa e suas respostas serão mantidas em sigilo.

Idade:
 De 18 a 25 anos De 26 a 35 anos De 36 a 45 anos Acima de 46 anos

Escolaridade:
 Ensino fundamental incompleto Ensino fundamental completo
 Ensino médio incompleto Ensino médio completo
 Ensino superior incompleto Ensino superior completo
 Pós graduação

Você nasceu em Brasília? Sim Não

Você é o dono do seu próprio negócio? Sim Não

Quando você começou seu negócio estava empregado? Sim Não

Você resolveu montar um negócio devido a dificuldade de arrumar emprego?
 Sim Não

Quantas horas você trabalha por dia?
 6 ou menos 7 8 9 10 11 12 Mais de 12

Marque com X no quadrado reservado conforme o seu negócio. Por favor, não deixe perguntas em branco.

	Sim	Não
Conheço os programas do governo de auxílio a pequenos negócios.		
Disponho de alguma ajuda de programas de assistência a pequenos negócios do governo.		
Considero que posso encontrar facilmente um trabalho se desistir do meu negócio.		

O produto que eu vendo é produzido por mim.		
Considero que existem muitas responsabilidades para se manter um funcionário com carteira de trabalho assinada.		
Considero que existe dificuldade para se registrar uma empresa.		
Considero que os impostos no Brasil muito caros.		
Considero que os serviços prestados pelo governo são bons. (Saúde, educação, etc.)		
Eu tenho alguma vontade de pagar imposto.		
Considero que o dinheiro arrecadado com impostos pelo governo é bem investido.		
Eu tenho CNPJ.		
Acredito que existe corrupção nos órgãos da fiscalização.		
Tenho algum medo da fiscalização.		
Conheço as punições que a fiscalização aplicada aos negócios informais.		
Considero que o governo federal preocupa mais em punir do que informar sobre as vantagens em se regularizar o negócio.		
Considero que o governo tenta ajudar os pequenos negócios.		
Considero que minhas atividades desobedecem alguma lei.		